

## **05. ESCOLA E JUVENTUDE: ESPAÇO DE TROCAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS E PROCESSOS JUVENIS**

Rouseanny Luiza dos Santos Bomfim<sup>1</sup>

### **Introdução**

Fazendo uma breve reflexão da bibliografia acerca da juventude o que se percebe é que é necessário haver um rompimento de que juventude tem um único modelo, uma representação dominante. O considerável crescimento de jovens na população brasileira traz a tona uma percepção comum que se tem sobre eles: são considerados de grande importância – dada a formação desse cidadão pro futuro – ao mesmo tempo que suscitam preocupações na sociedade nessa fase de transformações, em que há a busca de uma identidade pessoal e coletiva, transformação essa que começa cada vez mais cedo, principalmente no ensino médio, quiçá ensino fundamental. Ora esses jovens estão em foco como vítimas, ora como produtor de problemas sociais. No decorrer dos anos pensa-se em articulações de leis que abranjam os jovens e que proponham soluções para os mais diversos aspectos que fazem parte contexto dos jovens. A escola é o lugar onde a relações interpessoais são compostas pelas trocas e afetividade assim como pode estabelecer uma relação que não é pacífica entre os indivíduos, ou seja, submetidos à violência simbólica, seja a nível pessoal ou institucional. A violência pode se manifestar nas escolas de diversas formas, dentre elas o preconceito e a discriminação, que caracteriza a violência simbólica, pode tornar a trajetória do adolescente, inserido nesse contexto escolar, fragilizada e às vezes até interrompida, pois podem ser excluídos do interior da escola à medida que são expostos à violência simbólica. Abramovay (2002) destaca que os modos de vida dos sujeitos que interagem na escola proporcionam trocas materiais e simbólicas, o que dá as condições necessárias para que os processos sociais sejam expressos. O universo simbólico é produzido pela comunicação no interior da escola e esse universo estimula

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal de Sergipe.  
[rouseanny@gmail.com](mailto:rouseanny@gmail.com)

configurações de sentidos e significados, o que torna a formação da subjetividade propícia assim como a construção das identidades.

A escola tem um papel social relevante e por muito tempo foi atribuída a ela uma imagem de segurança, livre da violência encontrada em outros espaços da sociedade. Porém, o que é percebido hoje é que o ambiente escolar deixou de ser um lugar seguro, tornando-se um grave problema social, além de um importante objeto de reflexões. Apesar da ocorrência de violências nas escolas não ser um fenômeno recente, suscita grande preocupação, pois o número de ocorrências tem aumentado de forma significativa. O texto se propõe e tem como objetivo identificar manifestações de violência simbólica pautadas em questões de estereótipos e preconceitos nas práticas escolares, suas consequências, assim como as ações dentro da escola em relação a atos de violência. O que está em foco não são os atos de violências como a agressão física ou atribuições a ela, mas a configuração desse universo simbólico, onde o olhar do indivíduo sobre as diferenças são estereotipadas e influenciam na ação nos mais diversos aspectos dentro do contexto escolar, o que pode desencadear situações de violência representadas nas atitudes, comportamentos, percepções e compreensão de quem faz parte desse ambiente escolar: diretoria, alunos, professores e demais funcionários. É pretendido compreender como os conflitos e a violência no que tange o preconceito e a discriminação são reproduzidos no interior da escola. Além de garantir o acesso à educação torna-se imprescindível construir uma estabilidade no percurso escolar, pois garante a possibilidade de permanência e progressão escolar do adolescente. A violência, seja ela física ou simbólica, pode estar presente nos processos educativos e envolve não só a relação entre professor/aluno como toda a instituição escolar até a família.

Partindo da premissa que a escola surge como um espaço de sociabilidade, troca de valores, formação de identidades e inserção social faz-se necessário uma atenção especial a esse ambiente, pois nesse espaço e no contato com o outro que o secundarista define seu ser e a forma como vê o mundo. É importante pensar na importância de compreender a juventude secundarista dentro do processo de representação e manifestação da violência simbólica nas escolas e a relação entre as manifestações de violência simbólica e o sistema escolar, assim como em que medida esses jovens têm sido protagonistas de atos de violência simbólica desencadeada dentro do espaço escolar e se há políticas públicas voltadas para a juventude. Qual a relação entre o preconceito e

o grupo social ao qual o jovem pertence? Qual tem sido o papel da escola enquanto espaço de conscientização e redirecionamento da juventude secundarista? Como são desencadeadas casos de violência protagonizadas por adolescente? Como são concebidas as diferenças e estereótipos no cotidiano escolar na ótica dos estudantes? Como funcionários e corpo docente da escola lida com conflitos e relações discriminatórias e quais ações escolares no combate a esses atos? Como o desenvolvimento escolar do aluno é afetado quando é vítima de discriminação e preconceito?

O trabalho pretende lançar uma reflexão sobre a escola, juventude e manifestação da violência simbólica no contexto escolar, como são desencadeadas questões de preconceitos e em quais realidades os estereótipos se apoiam durante a formação da juventude secundarista. Espera-se que esse trabalho possa contribuir no processo de compreensão de algumas multiplicidades dessa juventude que envolve o objeto aqui apresentado.

## **1. Trocas materiais e simbólicas: entre a escola e a juventude**

A sociologia busca definir a juventude, assim como o contexto de violência que tem se apresentado na rotina escolar. Atualmente tem se tornado indispensável essa compreensão, já que há o aumento de jovens na população brasileira e essa fase ou categoria tem se mostrado tanto como protagonistas como alvo de atenção de um rumo a ser construído, pois em muitos casos são considerados motivos de preocupação pela sociedade dada a essa fase de transição à vida adulta, pois é nessa fase que “definirá” sua trajetória. A juventude é considerada a uma fase de *passagem* no ciclo da vida, situada entre o período de dependência, que caracterizaria a infância, e posteriormente a autonomia da vida adulta. São essas as duas ideias básicas que geralmente estão presentes nas concepções modernas de juventude (ABRAMO, 1997). Por ser uma fase de transição é conotada á ela o perigo, pois é

[...] o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo consequências para ele próprio e para a manutenção da coesão social. (TURNER, 1999)

Esse é um processo lento que definido dentro de processos de mudança social que também constitui a juventude enquanto grupo social. Nele perpassam espaços de socialização, interação e aprendizagem que criam condições para legitimação desse ciclo de vida e passagem pra vida adulta.

Os estudos sobre a juventude apontam para a necessidade de um olhar sociológico sobre ela. Pais (1990) faz a diferenciação entre o desenvolvimento da concepção social de juventude e a sociológica e destaca as particularidades das juventudes. Ou seja, não há uma formação homogênea da juventude, ela tem sua diversidade o que traz a tona e define que

[...] a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existem.” (PAIS, 1990)

A escola tem um lugar especial nas discussões, pois a educação escolar além de ser a transmissão sistemática de conhecimento sobre as mais diversas disciplinas dentro das salas de aulas é também um trabalho permanente, contínuo e de busca integral da aplicação da educação que proporciona um ensino que abrange os mais diversos aspectos da vida humana integrando o sujeito no mundo contemporâneo que é um mundo da diversidade e pluralidade. Os diferentes diálogos no contexto escolar são de fundamental importância para a construção de um sujeito crítico e participativo dentro da sociedade tornando a educação um veículo que se desloca pra uma articulação dos diversos subsistemas culturais que vai além da sala de aula. Na escola, a violência cotidiana se caracteriza na falta de respeito pelo outro e fere códigos de manutenção das relações e ordem estabelecida. Tais ocorrências não são apenas a nível individual. O contexto escolar proporciona encontros e afetividades assim como os desencontros e conflitos que refletem nas manifestações de violência no ambiente escolar e apontam para uma crise nas relações sociais entre os diversos sujeitos inseridos nesse ambiente como alunos, professores, diretores e demais funcionários da escola. A percepção que se tem do outro define as relações interpessoais, essa percepção é formada não só na relação com o outro, mas também na sua própria construção social e cultural que são naturalizadas e estabelecidas como normas de comportamento do outro. O jovem inserido no contexto escolar entra em contato com grupos e pessoas diferentes dele, seja pela cor, sexualidade e corpo, dentre outras aspectos multifacetados. Tais encontros

podem ser conflituosos e quando essa interação não é positiva, confrontos e violência vêm à tona. Charlot (2002) caracteriza a violência escolar como: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Segundo Charlot (2002, p. 434):

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas).

A reprodução da desigualdade pautada inclusive na discriminação racial é um dos grandes desafios impostos à escola. Por ser uma questão cultural, porém uma questão cultural invisibilizada pelo imaginário de relações cordiais na sociedade. Essa invisibilidade é propiciada pela assimilação de uma cultura hegemônica e eurocêntrica.

Pensando na construção da identidade é importante avançar na perspectiva de que a escola e relações propiciadas em seu interior tem a função de contribuir com ações que promovam a igualdade por meio de intervenções individuais e coletivas. No ambiente escolar os estudantes interagem e é imprescindível entender a pluralidade desse espaço nos mais diferentes aspectos: de cor, sexualidade, corpo, classe econômica. A interação com o diferente podem desencadear ações violentas, mas quando é problematizada e orientada podem ser pautadas pela solidariedade e tolerância na construção de uma coesão do ambiente escolar.

A violência na escola também reflete o que acontece a ela, no entanto, muda-se essa situação diante da violência da escola e à escola, pois agora a instituição torna-se responsável por isso. Dayrell (2003) afirmava que a essência originária do indivíduo humano não está dentro dele mesmo, mas sim fora, em uma posição excêntrica, no mundo das relações sociais. Dizer que a essência humana é, antes de tudo, social é o mesmo que afirmar que o homem se constrói na relação com o outro, nas suas

construções de vida, experiências e aprendizados. A escola é um lugar propício para que o jovem defina sua identidade, principalmente pelas relações dentro desse ambiente propiciado pela espontaneidade dos grupos de amigos ao qual está inserido e as diversas experiências educacionais. Segundo Pais (1993), os amigos do grupo constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros. O campo de experiências que se constrói na escola é importante para os jovens porque nele são construídos espaços fundamentais de sociabilidade, nele são proporcionados elementos centrais para a construção de referências, formulação e escolha de valores e posturas de vida. Daí a importância de se pensar como é a dinâmica nas relações escolares e manifestações de preconceito enquanto violência simbólica levando em consideração também a análise da juventude secundarista.

[...] a escola não é, em muitos casos, um espaço democrático e igualitário, tal como concebido pela nossa sociedade. Embora se espere que ela funcione como um lugar de inclusão, deconvivência das diversidades, a escola possui seus próprios mecanismos de exclusão e seleção social, escolhendo alguns indivíduos e colocando outros para fora. Estes outros, em geral, são os que não conseguem responder às expectativas quanto à aprendizagem, ao comportamento e ao relacionamento com os integrantes da comunidade escolar (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p. 24).

A violência simbólica é vivida multilateralmente e faz parte do processo educacional. Esta violência é veiculada pelas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos e na discriminação que a classe dominante impõe. A escola funciona como um aparelho ideológico de reprodução da ideologia dominante.

A escola deve permitir ao estudante o domínio de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania e propor novos horizontes que proponham pontos básicos e pontuais, referente à metodologia, conceitos básicos da sociologia, práticas pertinentes a ela e as experiências desenvolvidas na área, focando e procurando responder questões importantes que se referem ao papel do docente enquanto aquele que media o conhecimento. Não se pode interpretar apenas o conteúdo que é comum da sociologia, mas também viabilizar o diálogo com outras disciplinas que é uma forma de contribuir à interdisciplinidade. Os professores precisam criar uma nova opção de paradigma educacional que motive o engajamento com a formulação de hipóteses, com a construção de novos caminhos. Assim novas condições e mecanismos serão criados para a compreensão do mundo e da realidade. Para alcançar uma maior objetivação do nível educacional é preciso se voltar para uma formação holística do educando. O

homem e suas relações sociais são o objeto de estudo da sociologia. O próprio professor, enquanto ser subjetivo agrega experiência sobre a vida, a perspectiva sobre o homem e a sociedade na sua trajetória docente.

Freire cria um modelo de educação que promove uma educação estática, fragmentada e limitada. Nele os indivíduos são tidos como recipientes ou vasilhas que são cheias.

Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro”. E ainda, “na concepção ‘bancária’ que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’, a ‘educação bancária’ mantém e estimula a contradição”. (FREIRE, 1987).

O autor refuta ideias que limita a liberdade dos indivíduos em construir seu próprio caminho. Freire focaliza a ação libertadora do processo revolucionário-libertado, onde o educador e educando atuam sistematicamente como sujeito capaz de produzir conhecimento, já que o saber nesta visão, não é meramente transferido, mas constrói e se apropriam do saber conjuntamente uma vez que o ser humano é por essência de natureza política. Sendo assim:

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”. Sendo que, “(...) para a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação, mantendo, porém, as consciências imersas nela. Para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação. Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo. (FREIRE, 1987).

Paulo Freire se dedicou seus estudos à educação, embasou teoricamente e mostrou de forma prática em particular, o processo antagônico e contraditório do modelo tradicional de prática pedagógica no Brasil. Opositivamente, constituiu e/ou defendeu a “educação libertadora” por meio de uma ação que visa à conscientização, nesta não se pensa apenas as ideias, mas o que compõe a existência humana. Ele afirma ainda que nesta sociedade dividida em classes, onde alguns geralmente a minoria detem privilégios em contraponto com a maioria usurpada de bens produzidos há uma relação desigual e que dá acesso a uns e impedem outros a ter as mesmas condições de

acesso aos bens socialmente produzidos. Dessa forma de um lado se tem e se consoma a teoria de ação dialógica, onde os sujeitos se organizam e se encontram para transformar o meio a que está inserido, ele é autor de sua história e atua conjuntamente com o outro, é um ser articulado e engajado, sempre problematizando a realidade do meio a que pertence e suas múltiplas relações, neste caso o diálogo é um instrumento essencial para tal. Por outro lado, a teoria antidialógica, há uma imposição, não há diálogo cuja educação é imposta de cima para baixo, característica da elite dominadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que se propõe à sociologia, além da categorização dos grupos sociais como influência no gosto dos jovens, é a representação dessa juventude para a sociedade, ou melhor, essas juventudes, levando e considerando sua diversidade. A sociologia funcionalista constituiu a juventude como categoria de análise. A aproximação entre a educação e a cultura necessita de uma articulação da com escola com vários locais de apropriação de conhecimento, equipamentos e projetos culturais, de forma que esta aliança traga um impacto positivo efetivo na aprendizagem e sociabilidade do secundarista. As práticas culturais podem ser resultados das experiências vividas pelos indivíduos numa sociedade e apreendidas ao longo do tempo, uma herança que é paulatinamente resignificada ao longo da sua reprodução e não é inerte, ela se move sempre e é apreendida desde que o indivíduo é exposto à influência de onde ele vive e o encontro com o outro na configuração das relações escolares.

Dada a essa formação plural da cultura brasileira é de grande importância pensar um ambiente escolar que esteja voltado a esta diversidade tão intensificada na contemporaneidade e deve abranger a todos de forma que propicie a inclusão e insira os diferentes grupos sociais no pleno desenvolvimento escolar. Bourdieu criou o conceito “violência simbólica” para compreender um dos processos pelos quais a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados e junto a Passeron partem do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, uma vez que não é baseada numa realidade dada como a natural. Os jovens que fogem do padrão de normalidade estabelecida pela cultura dominante na escola são reduzidos a estereótipos construídos em relação, o que pode gerar conflitos entre os alunos e até professores e funcionários da escola. Essas diferenças na imagem social construída do indivíduo são



transformadas em problema e muitas vezes são usadas como justificativa para a discriminação manifestada em agressões verbais. A violência simbólica se configura na manifestação do preconceito, metáforas, símbolos, adjetivos pejorativos, qualquer ato que ameaça e inferioriza o outro enquanto ser diferente divergente a normalidade do grupo e pode ser percebida quando não naturalizada pelo meio. O grande limite que se impõe a essa realidade é não conceber a violência simbólica enquanto uma ação que transcende a violência visível, como agressão, por exemplo. É necessário perceber que a violência velada numa realidade de preconceito e discriminação é cruel e revela as mais diversas facetas da violência no cotidiano assim como o processo de dominação simbólica que naturaliza a violência aos que estão ao redor.

As práticas culturais são fortemente manifestadas na comunidade e na escola sendo que nesses espaços o indivíduo se apropria de conhecimento. A cultura e a educação se relacionam e são parte integrante do processo de elaboração do conceito de cultura, no que diz respeito à acumulação e transmissão de conhecimentos, seja no desenvolvimento de linguagens como nas formas de comunicação. Alguns caminhos para que a educação e respeito à diversidade tracem um caminho conjunto é a escolha de uma grade curricular que traga a valorização da diversidade cultural. Em 1997 os PCN foram criados para orientar professores das redes estaduais e municipais na montagem de currículos adequados às peculiaridades. Segundo os PCN a escola não considera a pluralidade cultural brasileira, o que reforça uma expectativa de homogeneidade cultural e preconiza a ideia de um Brasil onde todos são aceitos e valorizados. O PCN aponta que por trás dessa crença, esconde-se a discriminação e preconceito até então silenciadas, pois nas escolas costuma-se hierarquizar as culturas ou mesmo adotar uma perspectiva de homogeneidade cultural. Através dos Parâmetros, os alunos são orientados, por meio dos professores, a posicionar-se de modo crítico e construtivo, conhecer características sociais, materiais e culturais do país e ter uma ótica mais humana no que diz respeito à discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras e questionar a realidade. Cabe à escola engendrar alternativas de aproximações possíveis. O processo de socialização e significação faz com que o homem elabore seu comportamento e é esse processo que torna importante a cultura como direito; é esse processo que deve ser acessível a todos.

É preciso fazer uma análise mais complexa da manifestação da violência simbólica nas mais diversas formas de preconceito e discriminação nas escolas,

considera-se que melhor compreenderá essa dinâmica se examinar atentamente as relações dentro da escola e intervenções que a escola possui e a participação da juventude secundarista nesse processo de execução assim como os grupos sociais aos quais estão inseridos. Sendo assim, é necessário construir uma compreensão e explicação mais coerente, e que inclua os sentidos que podem ser subjetivos e individuais na elaboração de uma discussão sobre a relação entre a juventude, escola e violência simbólica.

## Referências

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo., 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam & GIL, Luiz Carlos. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, ed.1, p. 19-55, 2007
- ABRAMOVAY, Mirian & RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Brasília: Unesco, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A “Juventude” é apenas uma palavra*. Les Jeunes et le premier emploi, Paris, 1978.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, p. 432-443, 2002.
- DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília (Org.) **Juventude e Escolarização**. Brasília: MEC/Inep/Comped. 2002
- DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HALL, STUART. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**. Vol. XXV, p. 139 – 165, 1990.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural: orientação sexual**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.